

**INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:
NA E.E.I.E.F. FRANCISCA ALVES DO AMARAL NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE**
**SOCIAL INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: AT THE FRANCISCA AL-
VES DO AMARAL SCHOOL OF EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF CAUCAIA-CE**

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.24.1-25

Neusa Maria Bandeira da Silva ¹

RESUMO

O presente estudo tem como abordagem o processo de inclusão social e educativa dos alunos com necessidades especiais no ensino fundamental da EEIEF. Francisca Alves do Amaral, no município de Caucaia. Chamando atenção sobre a necessidade de um olhar diferenciado para aspectos relevantes sobre a Educação Especial Inclusiva, tanto pela importância da inclusão social dos alunos com necessidades especiais como pela forma como o profissional pode e deve se conduzir diante do que lhe foi imposto de forma inesperada sem a formação devida para assumir tal responsabilidade. Destacando: os tipos de PcD (Pessoas com Deficiências) educacionais, frequência desses alunos matriculados em uma sala de aula regular no ano de 2023, seu rendimento em termos de relacionamento social e educacional e sua trajetória temporal enquanto visão histórica. É de suma importância trazer essa problemática presente no contexto social e familiar, mas também para contribuir para uma abordagem pedagógica, uma vez que os alunos com necessidades especiais foram incluídos nas salas de aulas convencionais, sendo necessário uma adaptação dos profissionais da educação tanto das práticas pedagógicas como também nas práticas inclusivas, as quais não constam na sua formação profissional e o que se pode definir como positivo e/ou negativo, tanto para os alunos no seu todo como para os professores que estão em sala de aula. Não obstante, o despreparo e disponibilidade do professor para acompanhar os alunos com PcD, nota-se discretos avanços dentro das limitações de cada um. Sendo portando na atualidade um tema de grande importância, pois contribui para uma abordagem pedagógica não só de professores, mas também de todos os agentes participantes do processo de inclusão social dos alunos com necessidades educativas especiais.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão; discriminação; marginalização; valorização; equidade.

ABSTRACT

The present study focuses on the process of social and educational inclusion of students with special needs in primary education at EEIEF. Francisca Alves do Amaral, in the municipality of Caucaia. Drawing attention to the need for a different look at relevant aspects of Inclusive Special Education. Highlighting the types of educational disorders, as well as the frequency of these students enrolled in a regular classroom in the year 2023, including social aspects and their temporal trajectory as a historical view. It is extremely important to bring this problem into focus not only in the social and family context, but also to contribute to a pedagogical approach, since students with special needs were included in conventional classrooms, where teachers do not have training in Special Education, making it necessary for education professionals to adapt both pedagogical practices and inclusive practices, which are not included in their professional training. Currently, it is a topic of great relevance, as it contributes to a pedagogical approach not only for teachers, but also for all agents participating in the process of social inclusion of students with special educational needs.

KEYWORDS: inclusion; discrimination; marginalization; appreciation; equity.

¹ Graduação em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Ceará (2004). Graduada em Pedagogia pela UVA e Ciências Humanas pela UFC. Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela UVA e Gestão Ambiental na Área de Educação pela FALC. Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** neusamariabandeira@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0424187770107422

INTRODUÇÃO

A discussão desse artigo tem por objetivo evidenciar a importância e o entendimento de que a inclusão social é um critério de grande relevância em nossa sociedade, pois entendemos que o convívio social, nas relações entre indivíduos e as classes sociais são práticas que surgiram desde os nossos primórdios, quando os seres humanos se reuniam em atividades e práticas coletivas com objetivos em comum. Outra forma de convivência social é marcada pela trajetória da humanidade com as relações familiares e as de convívio social. Não podendo esquecer que ao mesmo tempo que esse ser possui atitudes individuais de interesses particulares, ele é também influenciado pelo meio a que fazemos parte. Segundo Written by Grupo Anchieta, 2023: “educação e família estão diretamente relacionadas, principalmente quando sabemos que o primeiro contato das crianças com a educação já faz parte dos ensinamentos de seus pais durante os primeiros estágios da vida”.

Nessa perspectiva passamos a entender que cada um de nós torna-se um ser social desde o momento em que nascemos, influenciados pela sociedade por meio das relações culturais. Cada cultura com suas particularidades e seus diversos saberes, sendo nesses diversos saberes que percebemos a real necessidade de reconhecermos, valorizarmos e respeitarmos o processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais no processo de desenvolvimento intelectual como representação e ato de igualdade e direitos entre os diferentes indivíduos que constituem grupos sociais em suas relações de classes. A família constitui uma das primeiras instituições de ensino, onde, em uma sociedade civilizada constrói regras e normas para o bom convívio de todos os cidadãos. Pois segundo Porfírio, 2020. As regras e normas de convivência acontecem em vários ambientes, sendo a família a primeira instituição com a qual temos contato. Ensinando-nos as primeiras regras que devemos seguir e orientando-nos aos primeiros passos para vivermos em sociedade. Já a Igreja passa a ser a segunda

instituição em que a maior parte da população tem acesso, pois os ensinamentos religiosos indicam as normas sociais e morais que devem ser praticadas em uma determinada tradição cultural. Podemos identificar também como instituição educativa e de convívio social, a escola, sendo responsável por inculcar nas pessoas as normas sociais, legais e de comportamento que devemos ter como aprendizado para toda a vida, preparando-nos para o trabalho. Composto um conjunto de normas e regras que devem ser praticadas pelo indivíduo para que haja um bom funcionamento da sociedade. No entanto, o Estado também é responsável pela formação de um conjunto de normas e regras sociais que compõem as sociais que compõem as instituições sociais, passando a ser a mais complexa instituição, pois ele precisa da socialização primária promovida pelas famílias e de todas as outras etapas descritas, pois o Estado faz parte de uma instituição constituída de normas e regras regidas por um conjunto de leis.

São esses pressupostos que entendemos que inclusão social não depende exclusivamente e não somente de uma única instituição, mas da integração de todos envolvidos no processo de inclusão. Tendo como responsabilidade principal a integração e a participação dos diversos saberes na construção das múltiplas habilidades, pois vivemos em uma sociedade construída por diversos potenciais cognitivos, onde essas crianças com necessidades educativas especiais fazem parte dessa sociedade que se constrói a partir, e também, da interação das mesmas com o meio e com o mundo. Tendo como pressuposto as instituições sociais e suas responsabilidades diante dessa realidade que se observa hoje nas escolas com o grande número de casos de alunos com PcD matriculados em escolas regulares e a não preparação dos professores para essa nova realidade. Uma sala de aula com uma grande quantidade de alunos matriculados em salas regulares e um número elevado de alunos com distúrbios psíquicos em uma sala heterogênea. Nessa perspectiva apresenta-se uma trajetória na realidade da in-

clusão dos estudantes com PcD, como também uma tabela abordando os diversos distúrbios e a frequência dos alunos com necessidades educativas especiais no ano de 2023 na EEIEF. Francisca Alves do Amaral.

Para um melhor entendimento dessa temática, utilizou-se como metodologia um estudo de caso de caráter qualitativo, por meio de pesquisas bibliográficas. Como também documentos de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais contendo também registros quantitativos com os diversos tipos de distúrbios dos alunos com necessidades educativas especiais. Esses documentos e registros foram obtidos pela escola para a realização da concretude desse trabalho.

Pretende-se, com os resultados dessa pesquisa evidenciar a necessidade de encontrar estratégias que auxiliem o professor de sala de aula a encontrar meios que possa contribuir no processo de inclusão social dos alunos com necessidades educativas especiais e que se invista em políticas públicas adequadas, oferecendo um ambiente adequado e agradável na construção e na elevação da qualidade do processo inclusão social de crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender.

OBJETIVO

Verificar os alunos com diferentes tipos de necessidades educativas especiais, como também a frequência desses alunos matriculados em uma sala de aula regular no ano de 2023. Analisando os diversos aspectos sociais e políticos que contribuíram para o processo de inclusão socioeducativo

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa com enfoque na frequência e nos vários tipos de distúrbios de alunos com necessidades educativas especiais, matriculados em sala de aula regular do 6º, 7º e 8 anos do Ensino Fundamental de Escola Pública

Municipal, EEIEF. Francisca Alves do Amaral, no ano de 2023. Com banco de dados extraídos de documentos da escola e diário de classe. Utilizando-se também de fontes bibliográficas que embasam a trajetória do processo histórico nos aspectos de inclusão em uma sociedade marcada pela discriminação e marginalização de pessoas. Sobretudo nos parâmetros inclusivos de natureza física e psíquica no contexto social, evidenciando também o processo de valorização das diferenças na esfera social, educacional e jurídica.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORANEIDADE

Quando falamos que a sociedade é marcada por atitudes de discriminação e marginalização. Brandenburg e Cristina, 2013; afirma que: " A história da inclusão remonta à Idade Média, época em que ocorriam muitas matanças e perseguições às pessoas que nasciam com alguma deficiência. No século XV as pessoas consideradas loucas ou com alguma deficiência mental ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas pelos espíritos malignos." Nesse contexto podemos perceber que o trajeto de vida percorrido pelas pessoas com necessidades educativas especiais, desde muito tempo, foi marcado por atitudes preconceituosas e discriminatórias, tidas como atitudes "normais", para a sociedade da época. Sociedade essa que padronizava um modelo de sociedade e quem não se enquadrava a esse padrão de sociedade era descartada, tido como anormal sendo abandonadas, escondidas ou até mortas e não pertencentes a sociedade. E foi baseado nesse processo de desrespeito e violência às pessoas tidas como deficientes que as políticas públicas em conjunto com os movimentos sociais encontraram meios e bases legais de assistência social que melhor atendessem e protegessem legalmente a esse grupo de pessoas desprotegidas e desamparadas de seus direitos.

É importante destacar que a Educação Especial enquanto processo de inclusão social é um assunto de

grande relevância, pois reforça a importância do direito igualitário para todos e da valorização das diferenças, tanto na esfera social quanto nos aspectos educacionais, sabendo que essa diversidade intelectual faz parte do contexto social desde os seus primórdios até a nossa atualidade. Segundo a Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 5º, caput, sobre o princípio constitucional da igualdade, perante a lei, nos seguintes termos: Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

A existência de crianças com necessidades educativas especiais faz parte da nossa realidade e não podemos negar sua existência. Pois convivemos diariamente com esse contexto social, sendo algo muito próximo, muito presente e que sempre existiu. De acordo com os dados fornecidos pela CONEDU 2021 (VII Congresso Nacional de Educação) afirma que:

“... o atendimento à diversidade era oferecido apenas por instituições privadas e/ou por iniciativas pessoais, onde as classes especiais surgiram apenas como alternativa de conseguir separar os alunos tidos na época pela sociedade como “normais” dos “anormais”. A Educação Especial no Brasil foi muito tempo definida como uma assistência dada aos alunos com deficiência. O processo educativo na visão de muitos era considerado inviável e até mesmo impossível. O que acontecia era apenas um atendimento clínico e essas pessoas não eram vistas como cidadãs possuidoras de direitos a serem garantidos. O fato do desconhecimento sobre essas deficiências fez com esses sujeitos fossem marginalizados e impedidos de terem uma vida social e de até mesmo se comunicarem”.

O processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais é muito recente em relação a sua existência. Ao longo da história da humanidade percebeu-se atitudes celetistas por parte da sociedade,

dando importância maior a um grupo e colocando à margem os dotados de habilidades especiais. Ao longo da história esse panorama está se adequando à nova realidade de valorização e reconhecimento de direito das pessoas com necessidades educativas especiais. Onde segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEE, 2007, diz que:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Sobre esse novo olhar podemos observar mudanças nas políticas públicas no que se fala ao direito e valorização da educação inclusiva. Sabemos que muito precisa ser feito e melhorado nos moldes sistemáticos e no contexto educacional da inclusão social. Sendo importante destacar também que a valorização e o reconhecimento dessas habilidades não podem ser considerados como simplório, mas sim, ação de direito e dever social.

Segundo Conedu (VII Congresso Nacional de Educação), outubro 2020. Apresenta um marco da educação especial, destacando as articulações voltadas para uma política direcionada à Educação Especial.

INCLUSÃO FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO

A legislação brasileira garante ao aluno portador de deficiência, o acesso à escola e o seu processo de socialização, no entanto não se pode deixar de trazer à tona o desafio, a responsabilidade imposta bruscamente aos profissionais que estão em sala de aula, que se depararam bruscamente com uma clientela, para a qual não tem formação e disponibilidade de tempo para realizar um trabalho satisfatório.

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência dessa formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas de figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que ele esteja devidamente incluído no processo de aprender (BARRETO, 2014, p. 38).

Apesar do tema inclusão ter sido amplamente discutido e defendido grande parte dos educadores, não foi percebido, que a nova clientela, precisava não só está na escola, mas ser verdadeiramente incluído no processo socioeducativo. As avaliações realizadas a nível nacional no ensino fundamental na escola pública demonstram o aproveitamento escolar está aquém do desejado e que foi projetado. Tal fato constata o alto índice de dificuldade para fazer com que o aluno se envolva no processo educativo. Pesquisar, planejar, inovar, são amplamente discutidos sem que os resultados sejam positivos. Sabemos que a sociedade vive constante transformação bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, mas entre os diversos fatores que entram a educação alguns devem ser destacados: as escolas não acompanham o desenvolvimento tecnológico, o crescimento demográfico e desagregado da sociedade contribui de forma negativa no processo de educação da Escola Pública.

Como foi frisado, não se deixa de reconhecer o direito de todo e qualquer aluno, mas também não se pode deixar de trazer à tona a necessidade de um planejamento e envolvimento no processo de inclusão social.

A princípio, é importante salientar que a grande maioria dos professores não tiveram durante a sua formação contato com conhecimentos voltados para lidar com alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula. Portanto, a falta de capacitação dos docentes e demais colaboradores no âmbito escolar representa um

grande desafio para a educação inclusiva (OLIVEIRA; et al., 2012)

Quais são as dificuldades, quais as necessidades da escola enquanto instituição e particularmente do professor, que método se aplica para que o aluno possa progredir, para que não seja apenas só mais um dos indicadores negativos do processo educativo. Uma coisa podemos ter como certo, é praticamente impossível o professor, fazer um planejamento específico para cada um dos seus alunos que apresentem dificuldades seja ele portador de atendimento especial ou não, levando em consideração que os alunos tidos como “normais” nas séries iniciais, apresentam alto índice de dificuldade na aprendizagem.

MARCO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 1930 iniciou de modo efetivo a educação escolar das pessoas com necessidades especiais. Já em 1954 surge a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. No ano de 1977 foi desenvolvida a política de Educação Especial, sob a orientação do Ministério da Educação (MEC), definindo a criação de classes especiais e escolas especiais para as redes de ensino. Como incentivo podemos perceber que nos anos 80 acelerou-se a criação de instituições principalmente na área de deficiência mental como resultado da Interiorização das APAEs. Tendo como base jurídica, o maior conjunto de normas que rege o país, estabelecendo os direitos e deveres, a Constituição de 1988, trazendo mudanças significativas para a educação dos portadores de necessidades educativas especiais.

No ano de 1994, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi elaborada a Declaração de Salamanca, com a intenção de direcionar organizações e governos em suas práticas, propondo que as instituições educacionais acolhessem crianças com deficiências como também os bens dotados. Com base na

Declaração de Salamanca foi apresentado em todo o país o direito de educação para todos. A Constituição Federal e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9394/96 fundamentam-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades para assim alcançar a independência social e econômica bem como se inserir totalmente na vida em sociedade. Já em dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394/96 onde no texto assegura que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e devem existir serviços de apoios especializados e em 2011 foi promulgado o Decreto nº 7.611 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) além de outras providências educacionais.

Nessa perspectiva de inclusão social e avanços alcançados ao longo da história no âmbito da educação inclusiva. Foi observado a presença de alunos na escola pública municipal matriculados em salas regulares, apresentando distúrbios psíquicos. Onde pode-se analisar e fazer um comparativo da frequência e avanços pedagógicos ao longo do ano letivo de 2023 desses alunos.

Para a pesquisa foram escolhidos os alunos com necessidades educativas especiais na escola pública municipal da EEIEF. Francisca Alves do Amaral, tendo como estudo de caso as quantidades de transtornos mentais e a frequência dos alunos com PcD (Pessoas com Deficiência) em sala de aula, por bimestre no ano de 2023.

TABELA 1: Tipos de Transtornos Mentais e a Quantidade de Alunos das séries: 6º ano, 7º ano e 8º ano. Na sala regular do Ensino Fundamental.

Tipos de Transtornos Mentais	Quantidade de Alunos com Transtornos Mentais no ano de 2023
Transtorno Déficit de Atenção (TDAH)	1
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	10
Deficiência Intelectual (D.I)	1

Deficiência Física (D.F)	1
Transtorno Opositor Desafiador (TOD) + Transtorno Déficit de Atenção (TDAH)	2
Transtorno do Espectro Autista (TEA) + Transtorno Déficit de Atenção (TDAH)	1
Transtorno Déficit de Atenção (TDAH) + Dislexia	2
Transtorno Déficit de Atenção (TDAH) + Transtorno de Comportamento	1
Transtorno do Espectro Autista (TEA) + Surdez	1
Deficiência Física (D. F) + Deficiência Intelectual (D. I)	1
Deficiência Intelectual (D. I)	2

FONTE: Documentais da EEIEF. Francisca Alves do Amaral.

TABELA 2: Frequência e Ausência dos alunos das séries: 6º ano, 7º ano e 8º ano do ensino Fundamental, na sala regular do Ensino Fundamental por Bimestre

BIMESTRE	Quantidade de Presença de Alunos em Sala com necessidades educativas especiais	Quantidade de Ausência de alunos em sala com necessidades educativas especiais
1º BIMESTRE	71	4
2º BIMESTRE	85	3
3º BIMESTRE	88	2
TOTAL DE ALUNOS	244	9

FONTE: Diário online.Caucaia 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, essa pesquisa consiste em abordar aspectos presentes em nossa vida e em nosso cotidiano, proporcionando uma melhor análise e um novo olhar acerca das políticas públicas voltadas ao reconhecimento dos direitos à integração social desses cidadãos no processo de inclusão social. Sobretudo que não haja somente integração, mas que ocorra inclusão nos segmentos sociais das pessoas com necessidades especiais. Portanto, de acordo com os resultados obtidos e com a pesquisa realizada, percebe-se que, mesmo com a implementação de políticas públicas relacionadas ao tema em

questão, a Educação Inclusiva de modo geral ainda é um desafio, tanto para os gestores, para os profissionais e para todos envolvidos nessa ação contínua de inclusão e na escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais. Mas não será algo impossível e sim desafiador para todos que contribuí para o processo de evolução e na educação desses agentes sociais.

REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília: Congresso Nacional, 2011.

BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.** São Paulo: Érica, 2014.

Brandenburg, Laude Erandi; Lükmeier, Cristina. 2013. **A História Da Inclusão X Exclusão Social Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.**

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Brasília: Congresso Nacional, 2007.

BRASIL. **Princípio Constitucional da Igualdade.** 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/principio-constitucional-da-igualdade/2803750>.

Conedu (VII Congresso Nacional de Educação), outubro 2020. **Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos.** Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso- Maceió- AL.

OLIVEIRA, Elizângela de Souza. **Inclusão social: professores preparados ou não?.** Revista Contribuição do Leitor, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>.

Política Nacional De Educação Especial **Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.** 7 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> 7.

PORFÍRIO, Francisco. "Instituições sociais"; Brasil Escola. Acesso em 08 de novembro de 2023. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/instituicoes-sociais.htm>.

Written by Grupo Anchieta. 08 de fevereiro 2023. Disponível em: <https://www.anchieta.br/blog/educacao-familiar-e-seu-papel-na-formacao-do-individuo>. Diário online. Caucaia 2023. Disponível em: <http://portal-professor.caucaia.esage.net.br/>